

**Reação da imprensa catarinense à candidatura de Antonieta de Barros para
Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Julho-Outubro de 1934)**
**Reaction of the Santa Catarina Press to Antonieta de Barros's Candidacy for the
Legislative Assembly of Santa Catarina (July–October 1934)**

Carlos Eduardo Vilches¹

Resumo: O artigo examina a candidatura de Antonieta de Barros à Assembleia Legislativa de SC em 1934, destacando a atuação da imprensa no contexto político pós-1930. A análise de seis jornais da Hemeroteca Digital Catarinense revela padrões de visibilidade seletiva, silenciamentos e enquadramentos simbólicos. O jornal República, alinhado ao Partido Liberal, foi o que mais mencionou Antonieta, ressaltando sua trajetória educacional e publicando a única referência explícita à sua raça. Já A Gazeta o Povo a citou positivamente em menor frequência, e o Pharol destacou sua eleição como forma de romper preconceitos. O estudo evidencia as complexas dinâmicas entre imprensa e elites regionais.

Palavras-chave: Eleições de 1934; Antonieta de Barros; Santa Catarina.

Abstract: This article analyzes Antonieta de Barros's 1934 candidacy for the Legislative Assembly of Santa Catarina, focusing on press coverage amid Brazil's post-1930 political shifts. Examining six newspapers from the Hemeroteca Digital Catarinense, it identifies selective visibility, silences, and symbolic framing. República, aligned with the Liberal Party, gave her the most coverage, highlighting her educational career and publishing the only explicit racial reference. A Gazeta o Povo mentioned her positively, though less often, while Pharol framed her election as breaking a "long-standing prejudice." The study reveals complex interactions between the press and regional elites.

Key-words: 1934 Elections; Antonieta de Barros; Santa Catarina.

Introdução

A conquista do voto feminino no Brasil advém de um movimento hegemônico conduzido majoritariamente por mulheres alfabetizadas e de classe média urbana em busca da emancipação feminina por meio de vias institucionais. Restrita a certos segmentos sociais, essa luta expressava, sobretudo, os valores de uma elite letrada no contexto político da Primeira República (Alves, 2018; Hahner, 1981).

Sendo assim, essas mobilizações conquistam o direito ao voto feminino, um marco legal promulgado no Código Eleitoral de 1932, através do governo Vargas. Aberta às

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Vinculado ao Programa de Educação Tutorial (PET) História. Email: eduardo.candido.vilches@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3721-9563>

possibilidades de candidaturas até então inviáveis, nas eleições de 1934, a conquista permitiu mulheres de diferentes regiões do país passarem a disputar cargos eletivos.

É nesse contexto que emerge a figura pioneira de Antonieta de Barros (1901-1952). Sua eleição, como a primeira mulher e a primeira pessoa negra na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), materializa não só as transformações em curso, mas representa uma ruptura com o perfil tradicional do político da época – majoritariamente masculino e branco, expressando o anseio de parte da sociedade por novas representações políticas.

Se a eleição de Antonieta simbolizava essa mudança, foi no espaço da imprensa que o significado dessa nova representação foi disputado e negociado. Os jornais do estado de Santa Catarina na década de 30 atuavam não só como canais de informação, mas como atores que elaboravam representações conforme os acordos com seus alinhamentos partidários e interesses regionais.

Com isso, surge o problema de pesquisa deste artigo: como a imprensa catarinense repercutiu sua candidatura durante o pleito eleitoral de 1934? Com que frequência seu nome foi mencionado, de que maneira foi enquadrada, e, sobretudo, qual relação da imprensa nesse momento com a efervescência política acirrada durante o pleito. Esse estudo, portanto, tem por objetivo analisar as colunas que se referem à Antonieta de Barros para perceber qual foi a repercussão da imprensa à sua candidatura.

A imprensa nessa época atuava ativamente na formação de opinião pública e na construção dos discursos regidos pela ordem dominante, operando como campo de disputa sobre a interpretação do presente e do passado, fazendo-se necessária a investigação (Oliveira, 2001; Soutelo, 2015).

Para realizar, foram analisadas matérias jornalísticas disponíveis na Biblioteca do estado de Santa Catarina, através da Hemeroteca Digital, com recorte temporal entre julho e outubro de 1934, período correspondente à campanha eleitoral, tendo ao fim, quatro jornais que compuseram a análise. São eles: *O Estado de Florianópolis*, *o Jornal República*, *A Gazeta A Voz do Povo* e *O Pharol de Itajahy*. A análise qualitativa das fontes buscou identificar padrões discursivos e representacionais sobre a candidatura de Antonieta, à luz do contexto político marcado por disputas oligárquicas locais, pelo processo de institucionalização do voto feminino e pelas relações que os jornais mantinham com os poderes oligárquicos.

Cenário político do Governo Vargas em Santa Catarina (1930–1934)

Ao movimento de 1930, que levou Getúlio Vargas (1882-1953) à Chefia do Executivo, costuma-se atribuir uma reformulação dos antigos modelos oligárquicos, com a substituição das antigas oligarquias por interventores federais indicados diretamente pelo governo central.

Esse processo, no entanto, foi marcado por tensões entre as elites regionais não contempladas pelas novas alianças e o grupo político de Vargas. Esse governo provisório que se estenderia até 1934, estabelece um novo arranjo político baseado na centralização e no controle direto do Estado sobre os entes federativos.

As ações institucionais que marcaram o governo foram à nomeação de interventores federais nos estados, dissolução das antigas assembleias e suspensão da autonomia estadual prevista pela Constituição de 1891 (Codato, 2013). Essas medidas visavam conter as resistências locais e permitir uma reorganização institucional sob a égide do projeto varguista.

Em Santa Catarina, a nomeação de Aristiliano Ramos (1888-1976) enquanto interventor, foi emblemática para as disputas oligárquicas que já ocorriam. Membro de uma família influente do interior do estado - os Ramos, de Lages -, Aristiliano consolidava um projeto de poder que remonta o Brasil Império, com raízes no latifúndio e na ocupação continuada de cargos públicos por sucessivas gerações da família (Campos, 2017). Seu avô, Vidal Ramos (1866-1954), foi governador, deputado estadual e federal; Nereu Ramos (1888-1958) seu primo, também foi deputado, governador e senador.

Fiel a essa lógica de perpetuação e expansão do poder oligárquico, a administração de Aristiliano foi marcada por uma ação deliberada de enfraquecimento da oligarquia rival, os Konder, cuja base estava em Blumenau e Joinville. Uma das medidas mais contundentes nessa disputa foi o desmembramento de municípios da região do Alto Vale, criando os municípios de Indaial, Gaspar, Timbó e Dalbérgia (atual Ibirama), para dismantlar as bases territoriais e eleitorais da família adversária.

Essa manobra gerou algumas reações populares em Blumenau, que demonstram a tensão entre o governo estadual e as famílias oligárquicas opositoras. Em Fevereiro de 1934, por exemplo, a cidade foi cenário de uma marcha sob o lema “Por Blumenau Unido”, reunindo autoridades, comerciantes, industriais e civis contra a decisão do interventor (Campos, 2017). Aristiliano recusou-se a receber uma comissão enviada ao Palácio do Governo e, em contrapartida, enviou forças militares para conter os protestos.

Enquanto os conflitos entre as oligarquias Ramos e Konder agitavam a política regional, o governo Vargas buscava recuperar legitimidade e aprovação após intensa mobilização popular por pautas progressistas como o voto secreto, obrigatório e feminino. A resposta a essas demandas materializou-se na promulgação do Decreto nº 21.076, de 1932, que reconheceu o direito de voto às mulheres alfabetizadas, institucionalizando parte dessas reivindicações.

Esse novo cenário jurídico permitiu que, nas eleições estaduais de 1934, o pleito em Santa Catarina se estruturasse em torno de chapas partidárias: de um lado, o Partido Liberal Catarinense (PLC), liderado pelo interventor Aristiliano Ramos; de outro, a coligação “Por Santa Catarina”, contrária à permanência dos interventores. Foi justamente nesse ambiente de abertura controlada e disputa oligárquica que Antonieta de Barros despontou como candidata à Assembleia Legislativa pelo PLC – um momento que deve ser compreendido à luz dessa complexa tessitura nacional e regional.

Antonieta de Barros na Vida Pública Catarinense

Antonieta de Barros é amplamente reconhecida como uma das figuras mais relevantes da história da luta política e cultural em Santa Catarina (Romão, 2021). Nascida em 11 de julho de 1901, em Florianópolis, era filha de Dona Catarina de Barros, mulher negra, lavadeira e ex-escravizada, oriunda da cidade de Lages. Antonieta cresceu em um ambiente marcado pelas empreitadas de sua mãe em garantir o sustento dos três filhos, atuando não só como lavadeira, mas, posteriormente, como proprietária de uma pensão que acolhia estudantes vindos do interior (Nunes, 2001; Espindola, 2015). Tal contexto possibilitou a Antonieta acesso a um ambiente que propicia sua posterior atuação enquanto professora.

Formada pela Escola Normal Catarinense em 1921, após diversas renúncias e com o auxílio financeiro do próprio coronel Vidal Ramos, segundo alguns relatos, para quem sua mãe teria trabalhado como lavadeira. Sua formação, segundo relatos, contou com auxílio financeiro do coronel Vidal Ramos, para quem sua mãe teria trabalhado como lavadeira. Já em 1922, ela fundou o “Curso Antonieta de Barros”, um externato dedicado à educação de jovens, cujas matrículas eram periodicamente anunciadas nos jornais do estado.

Quanto à sua atuação como escritora, Antonieta de Barros assinava crônicas sob o pseudônimo “Maria da Ilha”, por meio do qual publicou uma série de crônicas de opinião nos principais jornais de Santa Catarina ao longo da década de 1930. Esses textos, que discutiam temas como os direitos das mulheres, a luta contra o racismo, a valorização da educação

pública e a inserção de pessoas negras nos espaços de poder, foram reunidos e publicados, em 1937, no livro *Farrapos de Ideias* (Nunes, 2001).

Sua atuação multifacetada ampliava sua visibilidade e influência em setores estratégicos da sociedade catarinense, incluindo a imprensa. Em consonância, foi possível encontrar nos jornais da época manifestações públicas que demonstram sua ativa participação e relevância. O Jornal *República*, por exemplo, publicou uma calorosa homenagem a Antonieta por ocasião de seu aniversário², posicionando-a como figura de destaque logo na abertura da coluna da vida social.

O mesmo jornal e *A Gazeta A Voz do Povo*, dias antes da divulgação dos candidatos ao governo estadual, publicaram os pêsames pelo falecimento de sua mãe, Dona Catarina de Barros, e desejando conforto à família³. Aqui infiro que a relevância não só de Antonieta, mas de sua família, nas redes de sociabilidade urbana.

No entanto, para além de seu reconhecimento enquanto influente e respeitada na sociedade florianopolitana, é necessário compreender os contextos que envolviam sua trajetória enquanto sujeita ativa nas redes de poder político catarinense. Sua filiação ao Partido Liberal Catarinense, o mesmo de figuras como Aristiliano Ramos e Nereu Ramos - vistos no capítulo anterior - reforça essa hipótese (Nunes, 2001).

A Imprensa como Fonte Histórica e os Jornais Catarinenses

O uso de jornais como fontes históricas tem sido revisitado desde a década de 1970. Se antes eram considerados materiais sensíveis, associados a uma suposta superficialidade informativa, hoje se compreende que os periódicos são instâncias de produção de sentidos, disputas e expressão de projetos políticos em curso (Karawejczyk, 2011).

A imprensa deve ser analisada a partir de sua inserção no campo cultural e político, reconhecendo que os jornais não são meros espelhos neutros da realidade, mas atuam como agentes na construção dessa mesma realidade (Luca, 2008).

Em diálogo, Karawejczyk (2011) argumenta que os jornais, longe de serem fontes insuficientes para análise, estão comprometidos com seus públicos-alvo, orientam-se por linhas editoriais e atuam como mediadores entre interesses políticos, econômicos e culturais. A linguagem utilizada, as escolhas editoriais e a seleção de acontecimentos veiculados

² Ano 1934\Edição 00096 (2).

³ Ano 1934\Edição 00023 (1).

⁴ Ano 1934\Edição 00022 (2).

oferecem elementos para compreender para quem, por quem e com quais intenções os discursos públicos foram construídos.

Essa compreensão impõe um olhar crítico e contextualizado sobre os jornais, sobretudo diante de um cenário como o da década de 1930, marcado por intensas reconfigurações institucionais, alternância de atores políticos e reorganização dos campos de poder. No Brasil, no início do século XX, o acesso à imprensa era restrito a uma parcela letrada da população, em sua maioria homens brancos das elites urbanas, que imprimiu as desigualdades estruturais envolvidas tanto na produção quanto na circulação da informação.

Compreender, portanto, o perfil e os alinhamentos políticos da imprensa catarinense durante o pleito eleitoral de 1934 é fundamental para analisar a cobertura da candidatura de Antonieta de Barros. Isso porque os periódicos não só veiculavam notícias, mas participavam da construção de narrativas, da legitimação de candidaturas e da conformação da opinião pública letrada urbana, com impacto direto na visibilidade (ou apagamento) de sujeitos políticos que, como Antonieta, rompiam com as normas raciais e de gênero vigentes.

Durante a década de 1930, Santa Catarina apresentava uma imprensa fortemente regionalizada, cujos veículos estavam relacionados às disputas oligárquicas locais, especialmente entre as famílias Ramos (de Lages) e Konder (Itajaí). Esses grupos exerciam controle e influência direta aos meios de comunicação. Como observa Oliveira (2001), os jornais atuavam como verdadeiras trincheiras discursivas, ora exaltando o poder constituído, ora lhe fazendo oposição, de acordo com seus interesses editoriais e vínculos regionais.

Em relação aos veículos com publicações para esse estudo, destacam-se: *O Estado de Florianópolis*, *o Jornal República*, *A Gazeta A Voz do Povo* e *O Pharol*. O *Jornal República* (1889-1937), em janeiro de 1891, ficou a cargo de José Arthur Boiteux, sendo este, mais tarde, sucedido por nomes de forte presença política no estado, como Emílio Blum e Antonio Pereira de Oliveira.

Em 1932, seu diretor-geral era Aderbal Ramos da Silva, membro da família Ramos e sobrinho de Nereu Ramos. Sua trajetória foi encerrada em definitivo em 25 de dezembro de 1937, marcando quase cinco décadas de presença na imprensa política de Santa Catarina.

Já o *Jornal O Estado de Florianópolis* (1915-1978), órgão que se diz independente, deixa expor uma trajetória editorial também vinculada à política. Em 1925, foi adquirido por Victor Konder, então ligado ao Partido Republicano Catarinense, que nomeou o professor e intelectual Altino Flores como seu diretor. A partir desse momento, o periódico passou a defender abertamente as diretrizes do partido, apoiando o governo estadual sob a liderança de Adolpho Konder, figura proeminente da legenda.

O jornal tornou-se instrumento da luta política de seu diretor, que utilizava suas páginas em apoio ao Executivo estadual. No entanto, essa posição sofreu uma inflexão com a eclosão do movimento de 1930. Durante a campanha presidencial anterior, O *Estado* havia se posicionado contra a Aliança Liberal, tecendo críticas à candidatura de Getúlio Vargas e apoiando Júlio Prestes. Contudo, após a vitória da Revolução de 1930 e o consequente exílio de Victor Konder, o jornal passou a alterar seu discurso (Mata, 1996). Passou a elogiar os revolucionários e a criticar os antigos aliados, adaptando-se às novas forças políticas.

Além disso, o Jornal *A Gazeta A Voz do Povo* (1934-1945), que foi de propriedade do jornalista Jairo Callado, também é significativo para a análise. Desde sua primeira edição, o periódico buscava apresentar-se como um espaço de isenção política, estampando no alto de sua capa a expressão: “Sem qualquer ligação política”. Sua atuação coincidiu com um momento de intensa efervescência política, especialmente entre 1934 e 1935, quando ocorreu o pleito estadual (Maia, 2017), recorte temporal desta pesquisa.

E por fim, o jornal *O Pharol* (1904–1936), fundado na cidade de Itajaí, foi instalada na Rua Lauro Müller, funcionando em estreita ligação com a Associação Typographica Modelo, que reunia dezenas de sócios locais, muitos deles comerciantes, professores e pequenos industriais da cidade.

A grande virada editorial ocorre em 1924, quando Juventino Linhares e Pedro Baptista da Silva assumem a direção do periódico. Juventino, que posteriormente se tornaria o único diretor-proprietário, era um articulador político, intelectual regional e figura central da imprensa de Itajaí nos anos 1930. Sob sua liderança, o jornal abandona gradualmente seu viés puramente popular para assumir um tom mais pragmático e combativo.

Para investigar a repercussão da candidatura de Antonieta de Barros na imprensa catarinense durante o pleito de 1934, foi realizada uma busca na Hemeroteca Digital Catarinense. A pesquisa baseou-se na palavra-chave “Antonieta de Barros” no campo de busca, com recorte temporal entre julho e outubro de 1934, período correspondente à campanha eleitoral para a Assembleia Legislativa Estadual.

Foram selecionadas seis ocorrências documentadas em diferentes jornais catarinenses. Em termos de distribuição por menções, registra-se: três menções no *Jornal República*, sediado em Florianópolis; duas menções na *A Gazeta A Voz do Povo* de Florianópolis; uma menção no jornal *O Pharol*, de Itajaí. Outros periódicos observados no mesmo período não apresentaram referência direta à candidatura de Antonieta.

Na edição de 10 de setembro de 1934, *A Gazeta A Voz do Povo* publicou a primeira nota referente o pleito, em que classifica como “justíssima” a escolha de Antonieta de Barros

como candidata à ALESC: “Antonieta de Barros, elemento de realce nos meios literários da nossa terra, sendo a sua cultura e inteligência apreciadíssimas pela gente barriga-verde.”⁵

Na edição de 15 de setembro de 1934, o *Jornal República* publicou o anúncio oficial⁶ da chapa do Partido Liberal Catarinense para as eleições estaduais daquele ano. O nome de Antonieta de Barros aparece entre os candidatos listados, em um espaço reservado à divulgação partidária, junto aos demais postulantes ao cargo de deputado estadual.

Por outro lado, na edição de 22 de setembro de 1934, o jornal *O Pharol*, de Itajaí, publicou uma nota de caráter eleitoral sob o título “Mulheres Itajahyenses”, na qual incentivava explicitamente o voto feminino em favor da candidatura de Antonieta pelo Partido Liberal: “... conhecida e talentosa professora e jornalista Antonieta de Barros, que virá concorrer às urnas de outubro, quebrando assim um velho preconceito”⁷

Outra nota que essa pesquisa levantou foi da edição de 1º de outubro de 1934, o jornal *A Gazeta A Voz do Povo* publicou um comentário sobre uma entrevista concedida por Antonieta de Barros, candidata pelo Partido Liberal nas eleições estaduais daquele ano: “Como é bom, como consola a nossa alma entristecida ante o que se desenrola no cenário desta vida, lêr-se o pouco que escreveu A Senhora Antonieta; um <pouco> que mereceu muito aplauso d’ <A Gazeta!>.”⁸ Essa nota foi publicada em uma coluna de opinião do jornal, em que o redator assina como “Sarapião”.

Quatro dias antes das eleições, na edição de 10 de outubro de 1934, *A Gazeta A Voz do Povo* publicou uma nota anunciando que a candidata Antonieta participaria de um comício promovido pela coligação de seu partido no município de Araranguá⁹. O texto apresenta o fato de maneira objetiva e sem adjetivações, limitando-se a comunicar ao público a presença da educadora no evento político, juntamente com outras lideranças da legenda.

Um dia depois, na edição de 11 de outubro, o *Jornal República* voltou a mencionar Antonieta, dessa vez relatando sua participação em um comício político. A nota é marcada por um tom elogioso, destacando: “que [Antonieta] pronunciou em empolgante e perfeita oração cívico-política, terminada em delirantes aplausos”¹⁰.

Já três dias após as eleições, na edição de 16 de outubro, o jornal *República* publicou uma carta assinada por uma leitora, que rasga elogios à figura de Antonieta de Barros

⁵ Ano 1934\Edição 00021 (1).

⁶ Ano 1934\Edição 00150 (1).

⁷ Ano 1934\Edição 01778 (1).

⁸ Ano 1934\Edição 00039 (1).

⁹ Ano 1934\Edição 00047 (1).

¹⁰ Ano 1934\Edição 00172 (1).

dizendo que toda mulher devia ter orgulho de Antonieta, que apesar de ser “distinta catarinense, sendo eleita, saberá, com sua vasta inteligência aliada aos nobres sentimentos, trabalhar pelo engrandecimento de nossa terra querida.”¹¹

Além disso, identificaram-se dois registros no jornal *O Estado de Florianópolis* que, embora não mencionem diretamente a candidatura de Antonieta de Barros, contribuem para contextualizar o silêncio editorial adotado pelo periódico durante o pleito de 1934. Na edição de 13 de outubro, véspera da eleição, o jornal estampa na parte superior da capa um apelo explícito ao voto na legenda “Por Santa Catarina”, vinculado à oposição ao grupo governista.¹²

É possível também perceber esse posicionamento na edição de 23 de outubro, quando *O Estado de Florianópolis* publica um artigo com título: “Pleito Corrompido”, questionando a lisura das eleições do dia 14, acusando os interventores federais de manipular o processo eleitoral.¹³

Ainda que *O Estado de Florianópolis* não tenha mencionado diretamente a candidatura de Antonieta de Barros durante o pleito de 1934, um registro anterior, publicado na edição de 24 de outubro de 1933, ajuda a compreender o posicionamento editorial e as redes de sociabilidade reconhecidas pelo periódico.

Encerrando o conjunto de achados, destaca-se a republicação pelo Jornal *República*, em 24 de novembro de 1934, de uma entrevista originalmente conduzida pelo jornal *A Noite*. A entrevista cobre aspectos de sua trajetória e questiona sua visão sobre o papel das mulheres na política. Ao fim, o jornalista indica que nessa eleição houve “uma grande votação dos verdadeiros brasileiros. Muito embora a campanha infeliz que os alemães e os teutos de Blumenau fizeram à cor de sua epiderme”¹⁴. Das notas analisadas, aqui seria a única explícita menção à sua raça.

A candidatura de Antonieta de Barros em 1934 revelou tensões no modo como a imprensa catarinense representava sujeitos que se diferenciam do padrão estabelecido pelas elites regionais. As fontes apontam para uma visibilidade limitada e seletiva, com variações entre os periódicos e indícios de que a imprensa atuou como instância ativa na produção de sentidos e limites para o possível político.

¹¹ Ano 1934\Edição 00176 (1).

¹² Ano 1934\Edição 06298 (3).

¹³ Ano 1934\Edição 06306 (2).

¹⁴ Ano 1934\Edição 00205 (2).

O caso do *Jornal República* destaca-se como o único a conferir um espaço minimamente regular à figura de Antonieta. Entre anúncios educacionais desde 1922 e elogios veiculados durante a campanha de 1934, o jornal construiu uma imagem da candidata centrada em três pilares: educação, moralidade e competência intelectual. Termos como “perfeita oração cívico-política” (edição de 11/10/1934) ou o reconhecimento de sua “cultura e inteligência apreciadíssima pela gente barriga-verde” (10/09/1934) reforçam uma representação positiva, embora profundamente condicionada por códigos de respeitabilidade.

Tal reconhecimento deve ser lido também à luz das relações que o jornal mantinha com a família Ramos, grupo político ao qual Antonieta era ligada por meio do Partido Liberal Catarinense (PLC). Ao publicar elogios de sua candidatura, o jornal *República* imprime sua presença social, mas evita qualquer leitura disruptiva, especialmente no que se refere à sua racialidade.

Esse silenciamento, entretanto, não é neutro. Omitindo explicitamente o marcador racial, mesmo ao destacar termos como “distinta”, a imprensa florianopolitana constrói um discurso que embranquece simbolicamente a figura de Antonieta. A ausência de certas palavras no escopo dos jornais não representa ausência de sentido; ao contrário, funciona como estratégia discursiva de reconfiguração da alteridade (Luca, 2006; Karawejczyk, 2011). Mantendo o discurso nos limites do feminino respeitável, da pedagogia e da civilidade, Antonieta é aceita: desde que sua negritude não seja dita.

No caso de *O Pharol*, de Itajaí, a menção a sua candidatura também opera dessa forma. A convocação às “mulheres itajahyenses” para votarem em Antonieta, publicada em 22 de setembro de 1934, reforça o ideário da modernidade eleitoral, rompendo com “antigo preconceito”, mas novamente sem explicitar quais seriam esses preconceitos. Tal linguagem, codificada de mencionar sem nomear, sinaliza um reconhecimento condicionado por conveniências eleitorais e da escolha do que quer se divulgar.

Já *O Estado de Florianópolis* não menciona Antonieta em nenhuma edição durante o período eleitoral, apesar de já ter publicado anteriormente anúncios relacionados ao seu curso e à atuação de sua irmã Leonor (edição de 24/10/1933). Essa ausência intencional se dá, em parte, por serem de oposição política à família dos Ramos e à chapa do Partido Liberal, como evidenciado nas edições de 13 e 23 de outubro de 1934.

No primeiro caso, o jornal declarou voto à legenda “Por Santa Catarina”, oposicionista à coligação de Antonieta; no segundo, denuncia um “pleito corrompido”, acusando os interventores federais de manipulação. Esses elementos reforçam que o silêncio também é um ato político e editorial, e que o jornal optou por excluir a candidata do seu

espaço por motivos ideológicos e partidários, mesmo reconhecendo-a anteriormente como figura social respeitada.

Essa seletividade nas representações e nos silêncios confirma que a candidatura de Antonieta de Barros foi percebida como uma exceção para a lógica da imprensa dominante. Exaltada quando restrita à esfera da educação ou da crônica social, sua entrada no campo político revelou os limites das repercussões promovidas pela mídia, controlada pelas elites: a mulher negra podia ser elogiada como professora e escritora, mas sua postulação ao poder político exigia ajustes discursivos, omissões e, em alguns casos, negações.

Assim, os jornais que a mencionaram despojaram de filtros; os que a ignoraram, como *O Estado de Florianópolis*, o fizeram como consequência de uma negação a qualquer propagado para o Partido Liberal Catarinense. A denúncia explícita publicada no *Jornal República* sobre a “campanha infeliz que os alemães e os teutos de Blumenau fizeram à cor de sua epiderme” revela que, em alguns contextos regionais, o racismo foi só operante, mas assumido como argumento político.

Além disso, como já indicado, a experiência anterior do governo de Aristiliano Ramos, que foi marcada por tensões com a oligarquia Konder e pelos protestos em Blumenau contra o desmembramento de municípios, ajudou a compreender por que figuras associadas à sua administração, como Antonieta, encontraram maior resistência na imprensa ligada às elites regionais, embora não anule o preconceito no discurso.

Considerações Finais

A candidatura de Antonieta de Barros à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em 1934, revelou-se um evento singular e complexo, inserido nas teias das disputas oligárquicas e mediado por uma imprensa que, mais do que relatar os acontecimentos, atuava como agente político. A partir da análise das fontes, foi possível identificar que os jornais selecionados tratam da sua candidatura com diferentes ênfases, tons e silenciamentos, refletindo os posicionamentos editoriais e alianças políticas.

Os dados indicam que o *Jornal República* cumpriu papel da legitimação pública da candidatura de Antonieta, em destaque da sua trajetória intelectual e moral, mas evitando referências explícitas à sua identidade racial. Tal posicionamento não deve ser lido somente como apoio progressista, mas como parte de uma estratégia de campanha vinculada à coligação do Partido Liberal Catarinense e à família Ramos, de quem o jornal era aliado. Além disso, foi nesse jornal que foi possível encontrar a única menção explícita à sua raça nas fontes analisadas, na entrevista com o jornal *A Noite* e o comentário do jornalista sobre

Blumenau. Nesse sentido, o periódico funcionou como extensão do palanque eleitoral, operando nos limites do discurso permitido pela ordem dominante, ao mesmo tempo em que evidenciava a respeitabilidade da candidata, dentro dos códigos de gênero e raça socialmente aceitos na época.

Por outro lado, no jornal *O Estado de Florianópolis*, as ocorrências são mínimas. Tal acontecimento, em pleno período eleitoral, deve ser compreendido à luz da oposição histórica do jornal às forças representadas pelo Partido Liberal Catarinenses. Não necessariamente há um intuito específico de silenciamento de Antonieta, em geral os jornais buscavam falar dos próprios candidatos, ou seja, do partido aliado. No entanto, o fator do ineditismo de existir uma mulher – negra - candidata naquele momento, não ser suficiente para sequer mencioná-la, cabe reflexão.

A análise conduzida possibilita compreender a imprensa como campo de disputa e como instância de normatização simbólica, em que a candidatura de uma mulher negra gerou reações - ainda que parciais condicionadas ou negativas - de um sistema historicamente excludente.

Afinal, como demonstrado, sua presença no pleito de 1934 rompeu parcialmente barreiras, mas o fez desde dentro de uma estrutura que exigia adequações e legitimações articuladas.

Referências

ALVES, Iracélli da Cruz. Mulheres, PCB e Feminismos: Disputas e tensões (1930-1937). **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 25, n. 40, pp. 435–452, 2018.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA. **A imprensa catarinense no século XIX: catálogo descritivo e ilustrado do acervo de jornais raros da Biblioteca Pública de Santa Catarina**. Florianópolis: Hemeroteca Digital Catarinense, 2020.

CAMPOS, Adriano. Oligarquias em disputa: Ramos x Konder. **Revista Santa Catarina em História**, v.11, n.1, 2017.

ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. **Antonieta de Barros: educação, gênero e mobilidade social em Florianópolis na primeira metade do século XX**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

FLORIANO, Magru. **História da imprensa em Itajaí**. Itajaí: Brisa Utópica, 2021.

HAHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1981.

MATA, Maria Margarete Sell da. **Jornal O Estado: uma história em construção (1915-1930)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

NUNES, Karla Leonora Dahse. **Antonieta de Barros: uma história**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

OLIVEIRA, Eveli Souza Ávila de. **Mais além da vitória: ritos de instituição do movimento de 30 em Florianópolis: imprensa, governo e memória**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

ROMÃO, Jeruse. **Antonieta de Barros: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil**. Florianópolis: Editora Cais, 2021.

SOUTELO, Luciana de Castro. **A memória pública do passado recente nas sociedades ibéricas: revisionismo histórico e combates pela memória em finais do século XX**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2015.